

No. 37991

**Brazil
and
International Telecommunication Union**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the International Telecommunication Union for support to the implementation of the National Telecommunication Agency, supplementary to the Basic Agreement of technical assistance of 29 December 1964 between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency. Geneva, 21 September 2001

Entry into force: *21 September 2001 by signature, in accordance with article 21*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 2 January 2002*

**Brésil
et
Union internationale des télécommunications**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Union internationale des télécommunications relatif à l'appui pour la mise en application de l'Agence nationale des télécommunications, complémentaire à l'Accord de base d'assistance technique du 29 décembre 1964 entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies, ses agences spécialisées et l'Agence internationale de l'énergie atomique. Genève, 21 septembre 2001

Entrée en vigueur : *21 septembre 2001 par signature, conformément à l'article 21*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 2 janvier 2002*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, SUAS AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS E A AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1964, ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA O APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

O Governo da República Federativa do Brasil

e

A União Internacional de Telecomunicações
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

CONSIDERANDO:

Que as relações de cooperação entre as Partes Contratantes amparam-se no “Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica”, de 29 de dezembro de 1964, particularmente no previsto pelo Artigo I, parágrafo terceiro, Artigo III, parágrafo primeiro e Artigo IV, parágrafo quarto;

Que se instalou recentemente a Agência Nacional de Telecomunicações, o órgão regulador das telecomunicações brasileiras previsto pela Emenda Constitucional No. 8, de 15 de agosto de 1995 e criado pela Lei No. 9.472, de 16 de julho de 1997;

Que a cooperação da União Internacional de Telecomunicações (UIT) para a obtenção de assessoria técnica especializada na implementação da Agência Nacional de Telecomunicações e no desenvolvimento dos aspectos fundamentais da regulamentação do setor brasileiro de telecomunicações reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes;

Que é conveniente estimular a cooperação entre as Partes Contratantes na referida área;

Ajustam o seguinte:

TÍTULO I
Do Objeto

ARTIGO 1º

O presente Ajuste Complementar tem por objeto o fortalecimento institucional da Agência Nacional de Telecomunicações, prestando o apoio técnico e metodológico necessários a sua implementação e ao desenvolvimento dos aspectos fundamentais da regulamentação setorial.

TÍTULO II
Da Execução

ARTIGO 2º

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- I - a Agência Brasileira de Cooperação, doravante denominada ABC, do Ministério das Relações Exteriores, como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;

- II - a Agência Nacional de Telecomunicações, doravante denominada ANATEL, como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO 3º

A União Internacional de Telecomunicações, doravante denominada "UIT", representada por seu Secretário-Geral ou seu representante autorizado, designa seu Escritório de Desenvolvimento das Telecomunicações como responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

TÍTULO III
Da Operacionalização

ARTIGO 4º

Para a operacionalização do presente Ajuste Complementar, a ABC, a ANATEL e a UIT desenvolverão, em conjunto, no que lhes couber, as ações e atividades decorrentes deste Instrumento.

ARTIGO 5º

As ações e atividades desenvolvidas no âmbito deste Ajuste Complementar pautar-se-ão, para atender ao seu objeto, em um ou mais Projetos, concebidos pela ANATEL, e submetidos à ABC, que os analisará do ponto de vista das diretrizes da cooperação técnica internacional e os encaminhará à UIT.

Parágrafo Primeiro: Os Projetos supramencionados deverão inscrever-se entre as prioridades nacionais e deverão ser previamente discutidos, para circunscrição do objeto, com a ABC, que, por sua competência regulamentar, os compilará e os negociará.

Parágrafo Segundo: Os Projetos conterão de maneira pormenorizada a apresentação; o objeto; as atividades; os resultados esperados; a finalidade; a justificativa; a estratégia operacional; o cronograma de execução; os recursos financeiros e suas respectivas fontes, o cronograma de desembolso; o cronograma para elaboração de relatórios e avaliações; os termos de referência para aquisição de equipamentos; o prazo; o orçamento; e os insumos nacionais e internacionais necessários à execução dos trabalhos.

Parágrafo Terceiro: Os Projetos deverão observar as normas contidas no documento denominado “Projetos de Cooperação Técnica”, da ABC, bem como os imperativos normativos internacionais que regem a matéria.

Parágrafo Quarto: Os Projetos poderão ser objeto de revisões periódicas, tanto no atinente às atividades estabelecidas para alcançar o objetivo contratado, como no relativo ao orçamento estipulado para a sua consecução. As revisões periódicas, que deverão ser alvitradas por meio de requerimentos administrativos, fundamentados em justificativas técnicas, poderão ser propostas tanto pela ANATEL, como pela UIT.

TÍTULO IV
Das Obrigações das Partes Contratantes

ARTIGO 6º

Sem prejuízo das demais disposições do presente Ajuste Complementar, a ANATEL será inteiramente responsável por prover à UIT os fundos, a infraestrutura local, as informações e as facilidades necessárias à execução das atividades descritas nos projetos.

ARTIGO 7º

Ao Governo brasileiro caberá:

I - por intermédio da ABC:

- a) acompanhar e avaliar as ações decorrentes do presente Ajuste Complementar;
- b) aprovar junto à UIT, por solicitação da instituição nacional executora, a indicação do pessoal técnico habilitado a participar das ações e atividades decorrentes deste Ajuste Complementar;
- c) monitorar o cumprimento de todas as cláusulas que constam neste Ajuste Complementar, assim como de seus Projetos;

II - por intermédio da ANATEL:

- a) coordenar e administrar as atividades relativas à aplicação do presente Ajuste Complementar;
- b) definir os objetivos a serem alcançados, os quais serão especificados por Termos de Referência e respaldados pelos recursos liberados;
- c) analisar o perfil dos consultores a contratar, determinar o tempo necessário para a realização das atividades e indicar os técnicos de contraparte que participarão de cada Projeto;
- d) acompanhar a execução deste Ajuste Complementar, mediante análise dos relatórios elaborados pela UIT;

- e) elaborar “Relatórios de Progresso dos Trabalhos”, estabelecidos para o acompanhamento de projetos de cooperação técnica internacional pela ABC;
- f) publicar os resultados finais, se for considerado conveniente;
- g) dar acesso ao lugar de trabalho e facilitar o deslocamento dos especialistas e de outras pessoas que venham a executar serviços por conta da UIT ou através de subcontrato;
- h) manter a UIT devidamente informada sobre todas as medidas adotadas para a realização deste Ajuste Complementar ou que possam afetá-lo;
- i) cumprir rigorosamente o objeto deste Ajuste Complementar, assim como todos os pormenores descritos nos Projetos, apresentando seu produto na forma contratada.

ARTIGO 8º

A UIT compromete-se a prover a ANATEL da assistência técnica descrita nos Projetos e não poderá ser responsabilizada por nenhum atraso na execução do cronograma de trabalho que tenha origem no descumprimento, por parte da ANATEL, das responsabilidades e obrigações estabelecidas neste instrumento.

ARTIGO 9º

De acordo com suas regras, políticas e procedimentos administrativos e financeiros, a UIT será responsável por:

- a) coordenar, em conjunto com a ANATEL, a execução deste Ajuste Complementar;
- b) selecionar e contratar especialistas e consultores em conformidade com as regras e procedimentos administrativos e financeiros pertinentes, mediante prévia consulta com a ANATEL e com a ABC, apresentando seu perfil, programa de trabalho e as funções a desempenhar;
- c) colaborar com especialistas de seu quadro regular, segundo a disponibilidade do programa da Instituição, ou contratar consultores, a fim de atender às solicitações da ANATEL, tendo em consideração

- a adequação de sua especialidade com as atividades e recursos definidos nos Planos de Trabalho e nos Projetos;
- d) utilizar as facilidades de que dispõe em sua qualidade de Organização Internacional para a cooperação técnica recíproca, sempre que aprovadas pela ANATEL e pela ABC;
 - e) apresentar à ANATEL relatórios técnicos das atividades, relatórios administrativos e relatórios especiais, na periodicidade exigida pelas normas internacionais que regem a matéria;
 - f) participar do acompanhamento e da avaliação dos trabalhos executados;
 - g) apresentar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, depois do término da vigência do presente Ajuste Complementar, relatório final sobre o desenvolvimento das atividades;
 - h) organizar e coordenar, em conjunto com a ANATEL e a ABC, atividades de cooperação técnica horizontal, que permitam a transferência de metodologias desenvolvidas no Brasil referentes ao Projeto, executadas por meio de missões realizadas por técnicos designados pela ANATEL e de missões de estudo no Brasil;
 - i) organizar as ações de capacitação de recursos humanos, estabelecidas em comum acordo com a ANATEL;
 - j) devolver à ANATEL qualquer saldo de fundos não desembolsados e não comprometidos na época do término dos serviços.

TÍTULO V Dos Recursos Financeiros

ARTIGO 10º

Para a execução deste Ajuste Complementar, a ANATEL contará com recursos equivalentes a U\$S 22.145.000,00 (vinte e dois milhões, cento e quarenta e cinco mil dólares norte-americanos) correspondendo a R\$ 24.935.270,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil, duzentos e setenta reais) cuja conversão se fez no mesmo dia de emissão das notas de empenho, atendido à custa dos recursos orçamentários do exercício de 1998, pelas Notas de Empenho Nos. 08NE00069 e 98NE00070, datadas de 26 de janeiro de 1998, alocados no Programa

de Trabalho 05007002149000001, Fontes 4350000000 e 0350000000, Natureza da Despesa 349039, já disponível na conta bancária da UIT, No. C8-108.252.2 – UBS S.A., Agence Vermont/Nations, CH-1211 – Genève 20 – Suisse.

Parágrafo Primeiro: Os recursos de que trata o caput deste artigo foram integralmente repassados à UIT por ocasião do ‘Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, de 29 de dezembro de 1964, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Internacional de Telecomunicações, para o Apoio à Implementação da Agência Nacional de Telecomunicações’, assinado em 19 de fevereiro de 1998, e expirado em 19 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Segundo: No caso em que recursos adicionais sejam necessários para a finalização das ações propostas no Projeto, a ANATEL poderá efetuar a transferência do valor correspondente, em dólares norte-americanos, à conta da UIT acima mencionada. No caso de novas ações serem adicionadas ao Projeto, a transferência dos recursos necessários será feita mediante acordo assinado, em conformidade com os termos do Artigo I7, Título X – “DAS MODIFICAÇÕES”.

Parágrafo Terceiro: A UIT não iniciará nem prosseguirá nenhuma atividade até que os recursos correspondentes estejam depositados, em dólares norte-americanos, na conta antes mencionada. A UIT não assumirá compromissos financeiros que excedam à contribuição da ANATEL contabilizada nessa conta.

TÍTULO VI

Da Apresentação de Contas e do Relatório Final

ARTIGO 11

A UIT apresentará contas à ANATEL dos recursos aplicados em razão deste Ajuste Complementar, mediante relatórios técnico-financeiros, apresentados trimestralmente, com detalhamento dos gastos realizados durante o período.

ARTIGO 12

A UIT deverá apresentar relatório financeiro final, no mais tardar 60 (sessenta) dias depois do término da vigência do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO 13

A UIT deverá apresentar à ANATEL relatório financeiro anual referente ao exercício civil.

Parágrafo Primeiro: O relatório financeiro deverá ser submetido à auditoria, no mais tardar até 31 de maio do ano seguinte, relativamente às atividades financeiras do exercício anterior.

Parágrafo Segundo: A UIT deverá apresentar à ANATEL resumo final dos gastos ao término dos serviços.

TÍTULO VII
Dos Consultores a Contratar

ARTIGO 14

A UIT será responsável pela seleção de consultores para o desenvolvimento dos Projetos, com base nas especificações elaboradas de comum acordo com a ANATEL, a qual dará aprovação final dos consultores propostos pela UIT, não tendo a ANATEL, entretanto, relação jurídica de qualquer natureza com os contratados.

TÍTULO VIII
Dos Custos Administrativos

ARTIGO 15

Do orçamento geral do Projeto serão debitados 7,5% (sete e meio por cento) a título de taxa de administração, como cobrança pelos serviços de apoio administrativo providos pela UIT para a realização de todas as ações e atividades programadas.

Parágrafo Único: Caso, em qualquer circunstância, a UIT ou um subcontratista recorram à justiça, como instrumento para o acerto de diferenças surgidas na execução de um contrato assinado no âmbito do Projeto, os gastos que porventura corresponderem à UIT por decisão judicial, serão cobertos na sua totalidade com recursos do Projeto.

TÍTULO IX Do Crédito de Participação

ARTIGO 16

A UIT e a ANATEL realizarão consultas mútuas com respeito à conveniência da reprodução, publicação e divulgação dos trabalhos e outros produtos da cooperação técnica resultante deste Ajuste Complementar, sendo observado o devido crédito à participação de cada uma das Partes Contratantes.

Parágrafo Único: Fica terminantemente proibido incluir, ou de qualquer forma fazer constar, na reprodução, publicação ou divulgação das ações e atividades realizadas ao amparo deste Ajuste Complementar e dos trabalhos e produtos dele provenientes, nomes, marcas, símbolos, logotipos, logomarcas, combinações de cores ou de sinais, ou imagens que caracterizem ou possam caracterizar promoção de índole individual ou de caráter comercial.

TÍTULO X Das Emendas

ARTIGO 17

O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado por consentimento de ambas as Partes Contratantes, mediante a troca de Notas Diplomáticas.

TÍTULO XI Da Denúncia

ARTIGO 18

O presente Ajuste Complementar poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único: As Partes Contratantes farão o balanço das atividades realizadas por cada uma delas até a data do término da vigência do presente Ajuste Complementar.

TÍTULO XII

Dos Direitos, Bens e Encargos Financeiros Pendentes

ARTIGO 19

Ao término do presente Ajuste Complementar a UIT deverá devolver à ANATEL o saldo dos recursos em seu poder eventualmente não utilizado, uma vez encerrados os compromissos pendentes.

Parágrafo Único: Os bens e serviços adquiridos com recursos destinados à execução deste Ajuste Complementar serão transferidos ao patrimônio da ANATEL na data acordada entre as Partes Contratantes, constituindo-se seu direito exclusivo.

TÍTULO XIII

Da Publicidade Sobre as Atividades

ARTIGO 20

Todos os documentos, relatórios e demais publicações, produzidos durante a execução dos projetos objeto do presente Ajuste Complementar serão considerados confidenciais entre a UIT e a ANATEL, não podendo a UIT divulgá-los fora do marco deste Ajuste Complementar sem o prévio consentimento escrito da ANATEL.

Parágrafo Único: A proibição mencionada neste artigo não é aplicável à ANATEL, que se compromete a dar o exposto conhecimento da participação da UIT em toda divulgação que realize das atividades desenvolvidas durante a execução deste Ajuste Complementar.

TÍTULO XIV

Da Vigência

ARTIGO 21

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura pelas Partes Contratantes, terá a duração de três anos, e será automaticamente prorrogado por iguais períodos sucessivos de três anos, a menos que as Partes Contratantes decidam descontinuí-lo, de acordo com o estabelecido no Artigo 18.

TÍTULO XV
Da Auditoria

ARTIGO 22

Os Projetos desenvolvidos no contexto deste Ajuste Complementar serão objeto de auditoria anual ou sempre que alguma das Partes Contratantes julgar necessário.

Parágrafo Primeiro: Deverá estar sempre à disposição dos auditores todo e qualquer documento pertinente às atividades e ações desenvolvidas no âmbito deste Ajuste Complementar.

Parágrafo Segundo: No caso de os originais dos documentos encontrarem-se em posse da UIT, a título de privilégios e imunidades, cópias autenticadas deverão ser fornecidas quando solicitadas pelos auditores.

TÍTULO XVI
Da Solução de Controvérsias

ARTIGO 23

Qualquer controvérsia que surja entre as Partes Contratantes relacionada com a interpretação, aplicação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida por consulta entre as Partes Contratantes por via diplomática.

TÍTULO XVII
Das Disposições Gerais

ARTIGO 24

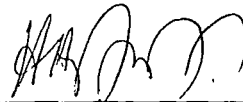
Aos itens não previstos no presente Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições do “Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica”, de 29 de dezembro de 1964, e no “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Internacional de Telecomunicações”, de 8 de outubro de 1991.

Em testemunho do qual, as Partes Contratantes firmam o presente Ajuste Complementar em dois (2) exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência, prevalecerá o texto em espanhol.

Firmado em *Genebra*, em *21 de setembro* de 2001.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



PELA UNIÃO INTERNACIONAL
DE TELECOMUNICAÇÕES
E EM NOME DO SECRETÁRIO-GERAL
HAMADOUN TOURE
DIRETOR BDT

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

CONVENIO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO BASICO DE ASISTENCIA TECNICA
ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA
ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS, SUS AGENCIAS ESPECIALIZADAS Y
LA AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATOMICA, DEL 29 DE DICIEMBRE
DE 1964, ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
Y LA UNION INTERNACIONAL DE TELECOMUNICACIONES, PARA EL APOYO
A LA IMPLEMENTACION DE LA AGENCIA NACIONAL
DE TELECOMUNICACIONES

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

La Unión Internacional de Telecomunicaciones
(en adelante denominados “Partes Contratantes”),

CONSIDERANDO:

Que las relaciones de cooperación entre las Partes Contratantes se amparan en el “Acuerdo Básico de Asistencia Técnica entre el Brasil y la Organización de las Naciones Unidas, sus Agencias Especializadas y la Agencia Internacional de Energía Atómica”, del 29 de diciembre de 1964, particularmente en lo previsto por el Artículo I, párrafo tercero, Artículo III, párrafo primero y Artículo IV, párrafo cuarto;

Que recientemente se instaló la Agencia Nacional de Telecomunicaciones, el órgano regulador de las telecomunicaciones brasileñas previsto en la Enmienda Constitucional Nro. 8, del 15 de agosto de 1995 y establecida por Ley Nro. 9.472, del 16 de julio de 1997;

Que la cooperación de la Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT) para la obtención de asistencia técnica especializada en la implementación de la Agencia Nacional de Telecomunicaciones y el desarrollo de los aspectos fundamentales de la reglamentación del sector brasileño de telecomunicaciones reviste especial interés para las Partes Contratantes;

Que es conveniente estimular la cooperación entre las Partes Contratantes en la referida área;

Acuerdan lo siguiente:

TÍTULO I

Objetivo

ARTÍCULO 1º

El presente Convenio Complementario tiene por objetivo el fortalecimiento institucional de la Agencia Nacional de Telecomunicaciones, suministrando el apoyo técnico y metodológico necesarios a su implementación y al desarrollo de los aspectos fundamentales de la regulación del sector.

TÍTULO II

Ejecucion

ARTÍCULO 2º

El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:

- I - a la Agencia Brasileña de Cooperación, en adelante denominada ABC, del Ministerio de las Relaciones Exteriores, como la institución responsable por la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades derivadas del presente Convenio Complementario;
- II - a la Agencia Nacional de Telecomunicaciones, en adelante denominada ANATEL, como la institución responsable por la ejecución de las actividades derivadas del presente Convenio Complementario.

ARTÍCULO 3º

La Unión Internacional de Telecomunicaciones, en adelante denominada "UIT", representada por su Secretario General o su representante autorizado, designa a la Oficina de Desarrollo de las Telecomunicaciones como responsable por la ejecución de las actividades derivadas de este Convenio Complementario.

TÍTULO III

Operatividad

ARTÍCULO 4º

Para la operatividad del presente Convenio Complementario, la ABC, la ANATEL y la UIT desarrollarán, conjuntamente, en lo que les corresponda, las acciones y actividades derivadas de este Instrumento.

ARTÍCULO 5°

Las acciones y actividades a ser desarrolladas en el ámbito de este Convenio Complementario se plasmarán, para atender su objetivo, en uno ó más Proyectos, concebidos por ANATEL, y sometidos a ABC, quien los analizará desde el punto de vista de las directrices de la Cooperación Técnica Internacional, y los encaminará a la UIT.

Párrafo Primero: Los Proyectos supramencionados deberán inscribirse entre las prioridades nacionales y deberán ser previamente discutidos, para la circunscripción del objetivo, con la ABC, que, por su competencia reglamentaria, los compilará y los negociará.

Párrafo Segundo: Los Proyectos contendrán de manera pormenorizada la presentación; el objetivo; las actividades; los resultados esperados; la finalidad; la justificativa; la estrategia operacional; el cronograma de ejecución; los recursos financieros y sus respectivas fuentes, el cronograma de pagos; el cronograma para la elaboración de informes y evaluaciones; los términos de referencia para la adquisición de equipamientos; el plazo; el presupuesto; y los insumos nacionales e internacionales necesarios para la ejecución de los trabajos.

Párrafo Tercero: Los Proyectos deberán observar las normas contenidas en el documento denominado "Proyectos de Cooperación Técnica", de la ABC, así como los imperativos normativos internacionales que rigen en la materia.

Párrafo Cuarto: Los Proyectos podrán ser objeto de revisiones periódicas, tanto en lo atinente a las actividades establecidas para alcanzar el objetivo contratado, como en lo relativo al presupuesto estipulado para la consecución del mismo. Las revisiones periódicas, que deberán ser sugeridas por medio de requerimientos administrativos, fundamentados en justificativas técnicas, podrán ser propuestas tanto por la ANATEL, como por la UIT.

TÍTULO IV Obligaciones de las Partes Contratantes

ARTÍCULO 6°

Sin perjuicio de las demás disposiciones del presente Convenio, la ANATEL será enteramente responsable de proveer a la UIT de los fondos, la infraestructura local, las informaciones y las facilidades necesarias para la ejecución de las actividades descritas en los proyectos.

ARTÍCULO 7°

El Gobierno Brasileño, será responsable de:

I - por medio de la ABC:

- a) acompañar y evaluar las acciones resultantes del presente Convenio Complementario;
- b) aprobar junto a la UIT, por solicitud de la institución nacional ejecutora, la indicación del personal técnico habilitado para participar de las acciones y las actividades derivadas de este Convenio Complementario;
- c) monitorear el cumplimiento de todas las cláusulas que constan en este Convenio Complementario, así como de sus Proyectos;

II - por medio de la ANATEL:

- a) coordinar y administrar las actividades relativas a la aplicación del presente Convenio Complementario;
- b) definir los objetivos a ser alcanzados, los que serán especificados por Términos de Referencia y respaldados por los recursos liberados;
- c) analizar el perfil de los consultores a contratar, determinar el tiempo necesario para la realización de las actividades e indicar los técnicos de contraparte que participarán en cada Proyecto;
- d) acompañar la ejecución de este Convenio Complementario, mediante análisis de los informes elaborados por la UIT;

- e) elaborar "Informes de Avance de los Trabajos", establecidos para el acompañamiento de proyectos de cooperación técnica internacional por la ABC;
- f) publicar los resultados finales, si se estima conveniente;
- g) dar acceso al lugar de trabajo y facilitar el movimiento de los expertos y de otras personas que vengan a ejecutar servicios por cuenta de la UIT ó a través de subcontratos;
- h) mantener a la UIT debidamente informada sobre todas las medidas adoptadas para la realización de este Convenio ó que puedan afectarlo;
- i) cumplir rigurosamente el objetivo de este Convenio Complementario, así como todos los pormenores descritos en los Proyectos, presentando su producto en la forma contratada.

ARTÍCULO 8º

La UIT se compromete a proveer a ANATEL de la asistencia técnica descrita en los Proyectos y no podrá ser responsabilizada por ningún atraso en la ejecución del cronograma de trabajo que tenga origen en el incumplimiento, por parte de ANATEL, de las responsabilidades y obligaciones establecidas en este instrumento.

ARTÍCULO 9º

En conformidad con sus reglas, políticas y procedimientos administrativos y financieros, la UIT será responsable de:

- a) coordinar, conjuntamente con ANATEL, la ejecución de este Convenio Complementario;
- b) seleccionar y contratar expertos y consultores en conformidad con las reglas y procedimientos administrativos y financieros pertinentes, mediante previa consulta con la ANATEL y con la ABC, presentando el perfil de los mismos, su programa de trabajo y las funciones a desempeñar;

- c) colaborar con expertos de su cuadro regular, según la disponibilidad del programa de la Institución, o contratar consultores, a fin de atender las solicitudes de ANATEL, teniendo en consideración la adecuación de su especialidad con las actividades y recursos definidos en el Plan de Trabajo y en los Proyectos;
- d) utilizar las facilidades de que dispone en su calidad de Organización Internacional para la cooperación técnica recíproca, siempre que sean aprobadas por ANATEL y por ABC;
- e) presentar a ANATEL informes técnicos de las actividades, informes administrativos e informes especiales, en la periodicidad exigida por las normas internacionales que rigen en la materia;
- f) participar en el acompañamiento y la evaluación de los trabajos ejecutados;
- g) presentar, en un plazo máximo de 60 (sesenta) días, después del término de la vigencia del presente Convenio Complementario, un informe final sobre el desarrollo de las actividades;
- h) organizar y coordinar, conjuntamente con la ANATEL y la ABC, actividades de cooperación técnica horizontal, que permitan la transferencia de metodologías desarrolladas en el Brasil referentes al Proyecto, ejecutadas por medio de misiones realizadas por técnicos designados por ANATEL y de misiones de estudio al Brasil;
- i) organizar las acciones de capacitación de recursos humanos, establecidas en común acuerdo con ANATEL;
- j) devolver a ANATEL cualquier saldo de fondos no desembolsados y no comprometidos en la época de la terminación de los servicios.

TÍTULO V Recursos Financieros

ARTÍCULO 10º

Para la ejecución de este Convenio Complementario, ANATEL contará con recursos equivalentes al valor de U\$S 22.145.000,00 (veintidós millones ciento cuarenta y cinco mil dólares de los EEUU) correspondiendo a R\$ 24.935.270,00

(veinticuatro millones novecientos treinta y cinco mil doscientos setenta reales), cuya conversión se hizo en el mismo día de la emisión de las Notas de Empeño, atendido con los recursos presupuestarios del ejercicio de 1998, por las Notas de Empeño Nos. 98NE00069 y 98NE00070, fechadas el 26 de enero de 1998, cargados al Programa de Trabajo 05007002149000001, Fuentes 4350000000 y 0350000000, Naturaleza del Gasto 349039, ya disponible en la cuenta bancaria de la UIT, No. C8-108.252.2 – UBS S.A., – Agence Vermont/Nations, CH-1211 – Genève 20 – Suisse.

Párrafo Primero. Los recursos de que trata el caput de este artículo fueron integralmente enviados a la UIT por la ocasión del ‘Acuerdo Básico de Asistencia Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y la Organización de las Naciones Unidas, sus Agencias Especializadas y la Agencia Internacional de Energía Atómica, del 29 de diciembre de 1964, entre el Gobierno Brasileño y la Unión Internacional de Telecomunicaciones, para el apoyo a la implementación de la Agencia Nacional de Telecomunicaciones’, firmado en 19 de febrero del 1998, y expirado en 19 de febrero de 2001.

Párrafo Segundo. En caso de que la finalización de las acciones propuestas en el Proyecto así lo requiera, ANATEL podrá efectuar la transferencia correspondiente, en dólares de los EE.UU., a la cuenta de la UIT mencionada anteriormente. En caso de que nuevas acciones sean adicionadas al Proyecto, los fondos necesarios serán transferidos previo acuerdo firmado de conformidad con el artículo 17, Título X – “MODIFICACIONES”.

Párrafo Tercero. La UIT no iniciará ni proseguirá ninguna actividad hasta que los recursos estén depositados, en dólares de los EE.UU., en la cuenta mencionada mas arriba. La UIT no asumirá compromisos financieros que excedan la contribución de ANATEL contabilizada en su cuenta.

TÍTULO VI

Presentacion de Cuentas e Informe Final

ARTÍCULO 11

La UIT presentará cuentas a ANATEL de los recursos aplicados en razón de este Convenio Complementario, mediante informes técnico-financieros, presentados trimestralmente, con un desglose de los gastos realizados durante el período.

ARTÍCULO 12

La UIT deberá presentar un informe financiero final, a más tardar 60 (sesenta) días después del término de vigencia del presente Convenio Complementario.

ARTÍCULO 13

La UIT deberá presentar a ANATEL un informe financiero anual referente al ejercicio civil.

Párrafo Primero: El informe financiero deberá ser sometido a auditoría, a más tardar el 31 de mayo del año siguiente, con respecto a las actividades financieras del ejercicio anterior.

Párrafo Segundo: La UIT deberá presentar a ANATEL un resumen final de los gastos al término de los servicios.

TÍTULO VII Personal a Contratar

ARTÍCULO 14

La UIT será responsable por la selección de los consultores para el desarrollo del proyecto, con base en las especificaciones elaboradas de común acuerdo con ANATEL, la cuál dará la aprobación final de los consultores propuestos por la UIT, no teniendo ANATEL, entretanto, relación jurídica de cualquier naturaleza con los contratados.

TÍTULO VIII Costos Administrativos

ARTÍCULO 15

Del presupuesto general del Proyecto serán debitados 7,5% (siete y medio por ciento) por costos administrativos, como cobranza por los servicios de apoyo administrativo provistos por la UIT para la realización de las acciones y actividades programadas.

Párrafo Único: En el caso de que, por cualesquier circunstancia, la UIT o un subcontratista recurran al arbitraje como mecanismo de arreglo de diferencias surgidas en la ejecución de un contrato firmado en el marco del Proyecto, los gastos de arbitraje que pudieran corresponder a la UIT por decisión arbitral, serán sufragados en su totalidad con fondos del Proyecto.

TÍTULO IX
Credito de Participacion

ARTÍCULO 16

La UIT y la ANATEL se consultarán con respecto a la conveniencia de la reproducción, publicación y divulgación de los trabajos y de otros productos de la cooperación técnica resultante de este Convenio Complementario, siendo observado el debido crédito a la participación de cada una de las Partes Contratantes.

Párrafo Único: Queda terminantemente prohibido incluir, ó de cualquier forma hacer constar, en la reproducción, publicación ó divulgación de las acciones y actividades realizadas al amparo de este Convenio Complementario y de los trabajos y productos provenientes del mismo, nombres, marcas, símbolos, logotipos, logomarcas, combinaciones de colores o de señales, ó imágenes que caractericen ó puedan caracterizar promociones de índole individual ó de carácter comercial.

TÍTULO X
Modificaciones

ARTÍCULO 17

El presente Convenio Complementario podrá ser modificado por consentimiento de ambas Partes Contratantes, mediante el intercambio de Notas Diplomáticas.

TÍTULO XI
Denuncia

ARTÍCULO 18

El presente Convenio Complementario podrá ser denunciado por cualesquiera de las Partes Contratantes mediante notificación por escrito, con antecedencia mínima de 90 (noventa) días.

Párrafo Único. Las Partes Contratantes harán el balance de las actividades realizadas por cada una de ellas hasta la fecha de cierre de este Convenio Complementario.

TÍTULO XII

Derechos, Bienes y Encargos Financieros Pendientes

ARTÍCULO 19

Al término del presente Convenio Complementario la UIT deberá devolver a ANATEL el saldo de los recursos en su poder y eventualmente no utilizados, una vez cerrados todos los compromisos pendientes.

Párrafo Único: Los bienes y servicios adquiridos con los recursos destinados a la ejecución de este Convenio Complementario serán transferidos al patrimonio de ANATEL en la fecha acordada entre las Partes Contratantes, constituyéndose el derecho exclusivo de ANATEL.

TÍTULO XIII

Publicidad sobre las Actividades

ARTÍCULO 20

Todos los documentos, informes y demás publicaciones, producidos durante la ejecución de los Proyectos objeto del presente Convenio serán considerados confidenciales entre la UIT y la ANATEL, no pudiendo la UIT divulgarlos fuera del marco de este Convenio sin el previo consentimiento por escrito de ANATEL.

Párrafo Único: La prohibición mencionada en este artículo no es aplicable a ANATEL, quién, se compromete a dar a conocer expresamente, la participación de la UIT en toda divulgación que realice de las actividades desarrolladas durante la ejecución de este Convenio Complementario.

TÍTULO XIV
Entrada en Vigor

ARTÍCULO 21

El presente Convenio Complementario entrará en vigor en la fecha de su firma por las Partes Contratantes, tendrá una duración de 3 (tres) años, y será prorrogado por iguales períodos sucesivos de tres años, a menos que las Partes Contratantes decidan discontinuarlo, en conformidad con lo establecido en el Artículo 18.

TÍTULO XV
Auditoria

ARTÍCULO 22

Los Proyectos desarrollados en el contexto de este Convenio Complementario serán objeto de una auditoría anual ó siempre que alguna de las Partes Contratantes lo estime necesario.

Párrafo Primero: Deberá estar siempre a disposición de los auditores todo y cualquier documento pertinente a las actividades y acciones desarrolladas en el ámbito de este Convenio Complementario.

Párrafo Segundo: En el caso de encontrarse los originales de los documentos en posesión de la UIT, a título de privilegios e inmunidades, copias autenticadas deberán ser suministradas siempre que sean solicitadas por los auditores.

TÍTULO XVI
Solucion de Controversias

ARTÍCULO 23

Toda controversia surgida entre las Partes Contratantes relacionada con la interpretación, aplicación o ejecución del presente Convenio Complementario será resuelta por consulta entre las Partes Contratantes por vía diplomática.

TÍTULO XVII
Disposiciones Generales

ARTÍCULO 24

Para los ítems no previstos en el presente Convenio Complementario se aplicarán las disposiciones del “Acuerdo Básico de Asistencia Técnica entre Brasil y la Organización de las Naciones Unidas, sus Agencias Especializadas y la Agencia Internacional de Energía Atómica”, del 29 de diciembre de 1964, y en el “Acuerdo entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y la Unión Internacional de Telecomunicaciones”, del 8 de octubre de 1991.

En testimonio de lo cual, las Partes Contratantes firman el presente Convenio Complementario en dos (2) ejemplares originales en portugués y en español, siendo los dos textos igualmente auténticos. En caso de discrepancia, el texto español hará fe.

Firmado en Ginebra, en 21 de Septiembre del 2001.



POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL



POR LA UNIÓN INTERNACIONAL
DE TELECOMUNICACIONES
Y EN NOMBRE DEL SECRETARIO-GENERAL
HAMADOUN TOURE
DIRECTOR BDT

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION ON SUPPORT FOR IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL TELECOMMUNICATIONS AGENCY, SUPPLEMENTARY TO THE REVISED STANDARD AGREEMENT ON TECHNICAL ASSISTANCE BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE UNITED NATIONS, ITS SPECIALIZED AGENCIES AND THE INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY OF 29 DECEMBER 1964

The Government of the Federative Republic of Brazil and the International Telecommunication Union (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Considering:

That cooperation between the Contracting Parties is based on the Revised Standard Agreement on technical assistance between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency of 29 December 1964 and, in particular, on article I, paragraph 3; article III, paragraph 1; and article IV, paragraph 4 thereof;

That the National Telecommunications Agency, the regulatory body for Brazilian telecommunications, was recently established pursuant to Constitutional Amendment No. 8 of 15 August 1995 and created by Act No. 9,472 of 16 July 1997;

That cooperation with the International Telecommunication Union for the purpose of obtaining specialized technical assistance in implementation of the National Telecommunications Agency and in the development of essential aspects of regulation of the Brazilian telecommunications sector is of particular interest to the Contracting Parties;

That it is advantageous to promote cooperation between the Contracting Parties in the aforementioned area;

Have agreed as follows:

TITLE I. PURPOSE

Article 1

The purpose of this Supplementary Agreement is the institutional strengthening of the National Telecommunications Agency through provision of the technical and methodological assistance necessary to its implementation and to the development of essential aspects of regulation of the telecommunications sector.

TITLE II. EXECUTION

Article 2

The Government of the Federative Republic of Brazil hereby designates:

I. The Brazilian Cooperation Agency, hereinafter referred to as "ABC", as the agency responsible for coordinating, monitoring and evaluating the activities carried out under this Supplementary Agreement; and

II. The National Telecommunication Agency, hereinafter referred to as "ANATEL", as the agency responsible for executing the activities carried out under this Supplementary Agreement.

Article 3

The International Telecommunication Union, hereinafter referred to as "ITU", represented by its Secretary-General or his authorized representative, hereby designates its Telecommunication Development Bureau as responsible for executing the activities carried out under this Supplementary Agreement.

TITLE III. IMPLEMENTATION

Article 4

For the implementation of this Supplementary Agreement, ABC, ANATEL and ITU shall develop jointly, each within its own area of competence, the actions and activities to be carried out under this instrument.

Article 5

The actions and activities to be carried out under this Supplementary Agreement in order to achieve its purpose shall include one or more projects developed by ANATEL and submitted to ABC, which shall consider them from the point of view of the guidelines for international technical cooperation and forward them to ITU.

(1) The aforementioned projects shall be consistent with the national priorities. In order to clarify their objectives, they shall be discussed in advance with ABC, which, in its regulatory capacity, shall select and negotiate them.

(2) Projects shall include a detailed introduction and description of their objective, activities, anticipated results, goal, justification, operational strategy, schedule of implementation, funds and the sources thereof, schedule of disbursements, schedule for the preparation of reports and evaluations, terms of reference for the acquisition of equipment, duration, budget, and national and international input required for execution of the work.

(3) Projects shall follow with the rules contained in the ABC document entitled "Technical Cooperation Projects" and with the binding international regulations applicable in each case.

(4) Projects may be subject to periodic review with respect both to the activities undertaken in order to achieve the agreed objective and to the budget allocated for that purpose. The said periodic reviews may be proposed by either ANATEL or ITU through technically substantiated administrative requests.

TITLE IV. OBLIGATIONS OF THE CONTRACTING PARTIES

Article 6

Without prejudice to the other provisions of this Supplementary Agreement, ANATEL shall have sole responsibility for providing ITU with the funds, local infrastructure, information and facilities required for implementation of the activities described in the projects.

Article 7

The Brazilian Government shall be responsible for:

- (I) Through ABC:
 - (a) Monitoring and evaluating the actions taken under this Supplementary Agreement;
 - (b) At the request of the national executing agency, approving the ITU technical staff assigned to participate in the actions and activities carried out under this Supplementary Agreement; and
 - (c) Monitoring compliance with all the terms of this Supplementary Agreement and of the projects implemented thereunder; and
- (II) Through ANATEL:
 - (a) Coordinating and managing activities relating to the implementation of this Supplementary Agreement;
 - (b) Defining the outputs to be achieved, which shall be defined by terms of reference and backed by the resources actually provided;
 - (c) Reviewing the curricula vitae of the consultants to be hired, establishing the time required for carrying out the activities and specifying the Brazilian technicians who will participate in each project;
 - (d) Monitoring the execution of this Supplementary Agreement by reviewing the reports prepared by ITU;
 - (e) Preparing progress reports for the monitoring of international technical cooperation projects by ABC;
 - (f) Publishing the final results, if this is deemed appropriate;
 - (g) Granting access to the workplace and facilitating the movement of specialists and other persons performing services on behalf of ITU or its subcontractors;
 - (h) Keeping ITU duly informed of all actions taken to implement, or with a potential impact on, this Supplementary Agreement;
 - (i) Ensuring that the objective of this Supplementary Agreement and all project specifications are fully met by producing an output consistent with the contract description.

Article 8

ITU undertakes to provide ANATEL with the technical assistance described in the projects. It shall be held harmless for any delays in meeting the timetable for implementation resulting from the failure of ANATEL to fulfil the responsibilities and obligations established in this instrument.

Article 9

In accordance with its administrative and financial rules, policies and procedures, ITU shall be responsible for:

- (a) Coordinating jointly with ANATEL the execution of this Supplementary Agreement;
- (b) Recruiting and hiring experts and consultants in accordance with the applicable administrative and financial rules and procedures, subject to prior consultation with ANATEL and ABC and submission of the relevant curricula vitae, work programmes and post descriptions;
- (c) Cooperating with experts on its regular staff, subject to their availability within the agency's programme, or recruiting consultants as requested by ANATEL, ensuring that the fields of expertise of such consultants are compatible with the activities and resources established in the programmes of work and the projects;
- (d) Using the facilities available to it as an international body for reciprocal technical cooperation, subject to the approval of ANATEL and ABC;
- (e) Submitting to ANATEL technical reports on activities, administrative reports and special reports with the frequency required by the applicable international regulations;
- (f) Participating in the monitoring and evaluation of the work done;
- (g) Submitting, within 60 (sixty) days of the expiration of this Supplementary Agreement, a final report on the implementation of activities;
- (h) Organizing and coordinating, with ANATEL and ABC, horizontal technical cooperation activities in order to transfer the project methodologies developed in Brazil. The said activities shall be executed through missions undertaken by technicians designated by ANATEL and through study missions to Brazil;
- (i) Organizing human resources training activities to be mutually agreed upon with ANATEL; and
- (j) Returning to ANATEL any balance of funds not disbursed or committed at the end of the period of services.

TITLE V. FINANCIAL RESOURCES

Article 10

For the execution of this Supplementary Agreement, ANATEL shall receive funds in the amount of US\$ 22,145,000.00 (twenty-two million one hundred forty-five thousand

United States dollars), corresponding to R\$ 24,935,270.00 (twenty-four million nine hundred thirty-five thousand two hundred seventy reais), to be converted on the day on which the promissory notes are issued. The costs shall be paid from the 1998 budget through Promissory Notes Nos. 98NE00069 and 98NE00070 dated 26 January 1998, allocated to Work Programme No. 05007002149000001, Fund Nos. 4350000000 and 0350000000, Expense Category No. 349039, currently available under ITU Bank Account No. C8-108.252.2 - UBS S.A., Agence Vermont/Nations, CH-1211, Genève 20, Suisse.

(1) The entire amount of the funds mentioned in the introduction to this article was transferred to ITU under the Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the International Telecommunication Union on support for implementation of the National Telecommunications Agency, supplementary to the Revised Standard Agreement on technical assistance between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency of 29 December 1964, which was signed on 19 February 1998 and expired on 19 February 2001.

(2) In the event that additional funds are needed to complete the actions proposed in the project, ANATEL may transfer the required amount in United States dollars to the aforementioned ITU account. In the event that new actions are added to a project, the necessary funds shall be transferred, subject to an agreement signed in advance in accordance with the provisions of Title X, article 17 ("Amendments").

(3) ITU shall not initiate or pursue any activity until the necessary funds have been deposited in United States dollars in the aforementioned account. ITU shall not make any financial commitments exceeding the ANATEL contribution held in that account.

TITLE VI. ACCOUNTING AND FINAL REPORTS

Article 11

ITU shall account to ANATEL for the funds spent under this Supplementary Agreement by means of quarterly technical and financial reports, which shall include an itemized breakdown of expenditures for the period.

Article 12

ITU shall submit a final financial report within 60 (sixty) days of the expiration of this Supplementary Agreement.

Article 13

ITU shall submit to ANATEL an annual financial report for the previous year.

(1) The annual financial report shall be submitted for audit no later than 31 May of the following year.

(2) ITU shall submit to ANATEL a final report on disbursements at the end of the period of services.

TITLE VII. HIRING OF CONSULTANTS

Article 14

ITU shall be responsible for recruiting consultants for the implementation of projects on the basis of specifications established by mutual agreement with ANATEL, which shall give final approval of the consultants proposed by ITU. However, ANATEL shall have no legal relationship of any kind with the consultants hired.

TITLE VIII. ADMINISTRATIVE EXPENSES

Article 15

The general budget for the project shall be subject to a 7.5 per cent (seven point five percent) administrative tax to cover the administrative support services provided by ITU for the implementation of the planned actions and activities.

1. In the event that for any reason ITU or a subcontractor resorts to arbitration as a mechanism for settlement of a dispute arising from the execution of a contract signed under the project, any costs of arbitration assigned to ITU by arbitral award shall be defrayed in their entirety from project funds.

TITLE IX. CREDIT FOR PARTICIPATION

Article 16

ITU and ANATEL shall consult each other as to whether to reproduce, publish and disseminate studies and other technical cooperation outputs resulting from this Supplementary Agreement, giving due credit to the contribution made by each of the Contracting Parties.

1. In reproducing, publishing or disseminating information on the actions and activities carried out under this Supplementary Agreement or the studies and other outputs resulting therefrom, it shall be strictly forbidden to include or in any way indicate names, brands, symbols, logos, combinations of colours or signs, or images which constitute or might constitute personal or commercial promotion.

TITLE X. AMENDMENTS

Article 17

This Supplementary Agreement may be amended by consent of the Contracting Parties through an exchange of diplomatic notes.

TITLE XI. TERMINATION

Article 18

This Supplementary Agreement may be terminated by either of the Contracting Parties on at least 90 (ninety) days' written notice.

1. In that event, the Contracting Parties shall review the activities carried out by each of them as at the date on which this Supplementary Agreement is terminated.

TITLE XII. RIGHTS, PROPERTY AND UNSPENT BALANCES

Article 19

Upon the expiration of this Supplementary Agreement, ITU shall reimburse to ANATEL any unspent balance of funds remaining in its possession once outstanding commitments have been met.

1. Property and services acquired with funds intended for the implementation of this Supplementary Agreement shall be transferred to the assets of ANATEL, which shall have exclusive rights thereto, on the date agreed by the Contracting Parties.

TITLE XIII. DISSEMINATION OF INFORMATION ON ACTIVITIES

Article 20

All documents, reports and other publications produced during the execution of projects under this Supplementary Agreement shall be deemed to be confidential between ITU and ANATEL. ITU shall not publish them outside the framework of this Supplementary Agreement without prior written permission from ANATEL.

1. The prohibition mentioned in this article shall not apply to ANATEL, which undertakes to include a specific acknowledgement of ITU's participation in any dissemination of information on the activities carried out during the execution of this Supplementary Agreement.

TITLE XIV. PERIOD OF VALIDITY

Article 21

This Supplementary Agreement shall enter into force on the date on which it is signed by the Contracting Parties. It shall remain in force for 3 (three) years and shall be extended automatically for further three-year periods unless the Contracting Parties decide to terminate it in accordance with the provisions of article 18.

TITLE XV. AUDITS

Article 22

The projects implemented under this Supplementary Agreement shall be audited either annually or as deemed necessary by either Contracting Party.

1. All documents relating to the activities and actions carried out under this Supplementary Agreement shall be available to the auditors at all times.

2. In the case of the originals of documents on privileges and immunities in the possession of ITU, certified copies may be provided at the auditors' request.

TITLE XVI. SETTLEMENT OF DISPUTES

Article 23

Any dispute arising between the Contracting Parties in connection with the interpretation, application or execution of this Supplementary Agreement shall be resolved through consultation between the Contracting Parties through the diplomatic channel.

TITLE XVII. GENERAL PROVISIONS

Article 24

Any issues not covered in this Technical Agreement shall be covered by the provisions of the Revised Standard Agreement on technical assistance between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency of 29 December 1964 and the Agreement between the Federative Republic of Brazil and the International Telecommunication Union of 8 October 1991.

In witness whereof, the Contracting Parties have signed this Supplementary Agreement in two (2) original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic. In case of divergence, the Spanish text shall prevail.

DONE at Geneva on 21 September 2001.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM

For the International Telecommunication Union and
on behalf of the Secretary-General:

HAMADOUN TOURÉ

Director, Telecommunication Development Bureau

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE
DU BRÉSIL ET L'UNION INTERNATIONALE DES TÉLÉCOMMUNICA-
TIONS RELATIF À L'APPUI POUR LA MISE EN APPLICATION DE L'AGEN-
CE NATIONALE DES TÉLÉCOMMUNICATIONS, COMPLÉMENTAIRES À
L'ACCORD DE BASE D'ASSISTANCE TECHNIQUE DU 29 DÉCEMBRE 1964
ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉ-
SIL ET L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES, SES AGENCES SPÉCIALI-
SÉES ET L'AGENCE INTERNATIONALE DE L'ÉNERGIE ATOMIQUE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Union internationale des télécommunications (désignées ci-après par "les parties contractantes"),

Considérant que :

la coopération entre les parties est basée sur l'Accord type révisé relatif à l'assistance technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et les Nations Unies, leurs agences spécialisées et l'Agence internationale de l'énergie atomique du 29 décembre 1964 et notamment sur le paragraphe 3 de l'article I, le paragraphe 1 de l'article II et le paragraphe 4 de l'article IV de cet accord;

l'Agence nationale de télécommunications, l'organe de contrôle de télécommunications brésiliennes a été récemment créée conformément à l'Amendement constitutionnel N° 8 du 15 août 1995 et l'Acte N° 9472 du 16 juillet 1997;

la coopération avec l'Union internationale des télécommunications dans le but d'obtenir une assistance technique spécialisée en vue de l'établissement de l'Agence nationale des télécommunications et du développement des aspects essentiels du contrôle du secteur des télécommunications du Brésil est dans l'intérêt des parties contractantes;

la promotion de la coopération entre les parties contractantes dans le domaine susmentionné présente des avantages;

Sont convenus de ce qui suit :

TITRE I. BUT

Article I

L'objectif de l'Accord type révisé est le renforcement institutionnel de l'Agence nationale des télécommunications en fournissant l'assistance technique et méthodologique nécessaire à son établissement et en développant les aspects essentiels du contrôle du secteur des télécommunications.

TITRE II. EXÉCUTION

Article 2

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

I. L'Agence brésilienne de coopération désignée ci-après par "ABC" comme l'agence responsable de la coordination, du contrôle et d'évaluation des activités menées selon l'Accord supplémentaire; et

II. L'Agence nationale des télécommunications, désignée ci-après par "ANATEL" comme l'agence responsable de l'exécution des activités menées selon l'Accord complémentaire.

Article 3

TITRE III. OPÉRATIONS

L'Union internationale de télécommunications, désignée ci-après par "UIT", représentée par son Secrétaire général ou son représentant autorisé, désigne son Bureau du développement des télécommunications comme l'agence responsable de l'exécution des activités menées selon l'Accord complémentaire.

Article 4

Aux fins de la mise en oeuvre du présent accord complémentaire, ABC, ANATEL et UIT doivent développer conjointement, chacun dans sa sphère de compétence les actions et les activités à mener selon le présent instrument.

Article 5

Les actions et les activités qui doivent être menées selon le présent Accord complémentaire afin d'atteindre ses objectifs comprennent un ou plusieurs projets développés par ANATEL et soumis à ABC qui devront les examiner en fonction des directives pour la coopération technique internationale et les transmettre à l'UIT.

(1) Les projets sus-mentionnés doivent être conformes aux priorités nationales. Afin de clarifier leurs objectifs, ces projets devront faire l'objet de discussions préalables avec ABC qui en fera la sélection et l'examen dans le cadre de ses activités de contrôle.

(2) Les projets doivent être accompagnés d'une introduction détaillée, d'une description de leurs objectifs, des activités, des résultats escomptés, des buts, des justifications, des stratégies d'exploitation, d'un calendrier de mise en oeuvre, des fonds et de leur provenance, d'un échéancier des déboursements, d'un calendrier de la préparation des rapports et des évaluations, des conditions d'acquisition des équipements, la durée, le budget, la participation nationale et internationale exigée pour l'exécution des travaux.

(3) Les projets doivent suivre les règles figurant dans le document ABC intitulé "Projets de coopération technique" et les règles internationales obligatoires applicables à chaque cas.

(4) Les projets doivent être examinés de façon périodique en ce qui concerne les activités entreprises pour atteindre les objectifs agréés et le budget alloué dans ce but. Les examens périodiques peuvent être proposés par ANATEL ou par l'UIT par l'intermédiaire de requêtes administratives techniquement fondées.

TITRE IV. OBLIGATIONS DES PARTIES CONTRACTANTES

Article 6

Sans préjudice aux autres dispositions de l'Accord complémentaire, ANATEL aura la seule responsabilité de fournir des fonds à l'UIT, l'infrastructure locale, l'information et les installations requises pour la mise en oeuvre des activités décrites dans les projets.

Article 7

Le Gouvernement brésilien sera responsable :

(I) par l'intermédiaire de ABC :

(a) du contrôle et de l'évaluation des actions prises selon l'Accord complémentaire

(b) à la demande de l'agence nationale d'exécution, de la certification du personnel technique désigné pour participer aux actions et aux activités menées selon l'Accord complémentaire; et

(II) par l'intermédiaire de ANATEL :

(a) de coordonner et de gérer les activités relatives à la mise en oeuvre de l'Accord complémentaire;

(b) de définir les résultats qui devront être atteints; ces résultats seront définis par les mandats fixés et s'appuyer sur les ressources vraiment fournies;

(c) à examiner les curriculum vitae des consultants qui seront engagés, évaluer le temps qui sera nécessaire pour mener à bien les activités et désigner les techniciens brésiliens qui participeront à chaque projet;

(d) contrôler l'exécution du présent accord complémentaire en examinant les rapports préparés par l'UIT;

(e) préparer les rapports intérimaires pour le contrôle des projets de coopération technique internationale par ABC;

(f) publier les résultats finals si c'est approprié;

(g) garantir l'accès au lieu de travail et faciliter le mouvement des spécialistes et des autres personnes qui effectuent des services au nom de l'UIT ou des sous-traitants;

(h) tenir l'UIT dûment informée de toutes actions prises pour mettre en oeuvre, ou avec une conséquence potentielle le présent Accord complémentaire;

(i) s'assurer que l'objectif de l'Accord complémentaire et toutes les spécifications de projet sont atteints en publiant des résultats conformes au contrat.

Article 8

L'UIT s'engage à fournir à ANATEL l'assistance technique décrite dans les projets. Il ne sera pas tenu responsable pour des retards dans la mise en oeuvre qui seraient la conséquence d'un manquement d'ANATEL vis à vis de ses obligations telles qu'elles sont précisées dans le présent instrument.

Article 9

Conformément à ses règles administratives et financières, ses politiques et ses procédures, l'UIT sera responsable :

(a) de coordonner conjointement avec ANATEL, l'exécution de l'Accord complémentaire;

(b) de recruter et d'engager des experts et consultants conformément aux règles et aux procédures administratives et financières applicables sous réserve de consultations préalables avec ANATEL, ABC et la présentation de curriculum vitae appropriés de programmes de travail et de descriptions de postes;

(c) coopérer avec des experts du personnel régulier sous réserve de leur disponibilité dans le programme de l'agence ou recruter des consultants comme le demande ANATEL en s'assurant que les domaines de compétence de ces consultants sont compatibles avec les activités et les ressources prévues dans les programmes de travail et les projets;

(d) utiliser les installations qui sont à sa disposition en tant qu'organe international pour la coopération technique réciproque, sous réserve de l'approbation d'ANATEL et de ABC;

(e) Soumettre à ANATEL, les rapports techniques sur les activités, les rapports administratifs et les rapports spéciaux à la fréquence requise par les règlements internationaux applicables;

(f) participer au contrôle et à l'évaluation du travail effectué;

(g) soumettre dans un délai de 60 (soixante) jours de l'expiration du présent Accord complémentaire, un rapport final sur la mise en oeuvre des activités;

(h) organiser et coordonner avec ANATEL et ABC des activités de coopération technique horizontale afin de transférer des méthodologies de projet développées au Brésil. Lesdites activités doivent être exécutées au moyen de missions entreprises par des techniciens désignés par ANATEL et des missions d'étude au Brésil;

(i) organiser des activités de formation de ressources humaines avec ANATEL; et

(j) Restituer à ANATEL tout reliquat de fonds qui n'ont pas été dépensés ou engagés à la fin de la période des services.

TITRE V. RESSOURCES FINANCIÈRES

Article 10

Pour la mise en oeuvre de l'Accord complémentaire, ANATEL recevra des fonds d'un montant de 22,145,000.00 dollars américains (vingt-deux millions et cent quarante mille cinq dollars) correspondant à (vingt-quatre millions neuf cent trente-cinq mille et deux cents réais qui seront convertis à la date de (la livraison) des billets à ordre. Les coûts seront prélevés sur le budget de 1998 au moyen des billets à ordre N^{os} 98NE00069 et 98NE00070 datés du 26 janvier 1998 alloués au Programme de travail N^o 05007002149000001, Fonds 4350000000 et 350000000, Catégorie de dépense N^o 349039 actuellement disponible au compte bancaire de l'UIT N^o C8-108.252.2-UBS S.A., Agence Vermont/Nations, CH-1211, Genève 20, Suisse.

(1) Le montant total des fonds mentionnés dans l'introduction du présent article a été transféré à l'UIT conformément à l'Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Union internationale des Télécommunications pour appuyer l'établissement de l'Agence nationale des télécommunications, complémentaire de l'Accord révisé type sur l'assistance technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et les Nations Unies, leurs institutions spécialisées et l'Agence internationale de l'énergie atomique du 29 décembre 1964 qui a été signé le 19 décembre 1998 et expiré le 19 février 2001.

(2) Dans le cas où des fonds supplémentaires sont nécessaires pour mener à bonne fin les actions proposées dans le projet, ANATEL peut transférer le montant demandé en dollars des Etats-Unis au compte de l'UIT mentionné plus haut. Dans le cas où de nouvelles demandes sont ajoutées à un projet, les fonds nécessaires seront transférés sous réserve d'un accord signé préalablement conformément aux dispositions de l'article 17, titre X ("Amendements").

(3) L'UIT ne doit pas lancer ou poursuivre aucune activité jusqu'à ce que les fonds nécessaires soient déposés dans le compte mentionné plus haut en dollars des Etats-Unis. L'UIT ne doit prendre aucun engagement financier qui excéderait la contribution d'ANATEL déposé dans le compte.

TITRE VI. ETAT DES DÉPENSES ET RAPPORT FINAL

Article 11

L'UIT doit imputer à l'ANATEL les fonds dépensés selon le présent Accord complémentaire au moyen de rapports techniques et financiers quadriennaux dans lesquels devront figurer le détail des dépenses effectuées pendant la période.

Article 12

L'UIT doit soumettre un rapport financier final dans un délai de 60 jours de la date d'expiration de l'Accord complémentaire.

Article 13

L'UIT doit soumettre à ANATEL un rapport financier pour l'année précédente.

(1) Le rapport financier annuel doit être soumis pour vérification le 31 mai de l'année suivante au plus tard.

(2) L'UIT devra soumettre à l'ANATEL un rapport final sur les déboursments à la fin de la période des services.

TITRE VII. ENGAGEMENT DE CONSULTANTS

Article 14

L'UIT sera chargée de recruter les consultants pour la mise en oeuvre des projets sur la base des spécifications établies par accord mutuel avec ANATEL qui donnera son approbation finale au recrutement des consultants proposé par l'UIT. Néanmoins, ANATEL ne doit avoir aucune relation juridique avec les consultants engagés.

TITRE VIII. FRAIS D'ADMINISTRATION

Article 15

Le budget général pour le projet doit être soumis à une taxe administrative de 7,5 pour cent pour couvrir les services d'appui administratif fournis par l'UIT pour la mise en oeuvre des activités et les actions planifiées.

1. Si pour une raison quelconque l'UIT ou un sous-traitant recourt à l'arbitrage pour résoudre un différend provenant de l'exécution d'un contrat signé pour ce projet, le coût de l'arbitrage assigné à l'UIT devra être payé dans sa totalité à partir des fonds pour le projet.

TITRE IX. CRÉDIT PARTICIPATION

Article 16

L'UIT et ANATEL doivent se consulter pour savoir s'ils doivent reproduire, publier et disséminer les études ou autres résultats de coopération technique découlant de l'Accord complémentaire et reconnaître (giving due credit) à la contribution de chacune des parties contractantes.

1. En reproduisant, publiant et diffusant les informations sur les actions et les activités menées selon l'Accord complémentaire ou les études et autres résultats qui en découlent, il doit être formellement interdit d'inclure des noms, des marques, des symboles, des logos, des combinaisons de couleurs, des signes ou des images qui constituent ou qui pourraient constituer une promotion individuelle ou commerciale.

TITRE X. AMENDEMENTS

Article 17

L'Accord complémentaire peut être amendé par consentement mutuel des parties qui myen d'un échange de notes diplomatiques.

TITRE XI. DÉNONCIATION

Article 18

Le présent accord complémentaire peut être dénoncé par l'une ou l'autre des parties contractantes avec un préavis écrit d'au moins 90 jours;

1. Dans ce cas les parties contractantes doivent examiner les activités déployées par chacune d'elles à la date de la dénonciation de l'accord complémentaire.

TITRE XII. DROITS, PROPRIÉTÉ ET SOLDE NON DÉPENSÉ

Article 19

Dès la dénonciation de l'Accord complémentaire, l'UIT doit rembourser à ANATEL tout solde de fonds non dépensé qu'elle a en sa possession une fois que les engagements non réglés ont été acquittés.

1. Les propriétés et les services acquis avec les fonds destinés à la mise en oeuvre du présent Accord complémentaire doivent être transférés à ANATEL qui en aura les droits exclusifs à la date acceptée par les parties contractantes.

TITRE XIII. DIFFUSION DES INFORMATIONS SUR LES ACTIVITÉS

Article 20

Tous les documents, rapports et autres publications produits pendant l'exécution des projets conformément à l'Accord complémentaire sont considérés comme des documents confidentiels entre l'UIT et ANATEL. L'UIT ne peut pas les publier en dehors du cadre du présent Accord complémentaire sans le consentement préalable écrit d'ANATEL.

1. L'interdiction mentionnée dans le présent article ne s'applique pas à ANATEL qui s'engage à inclure une reconnaissance spécifique de la participation de l'UIT dans la diffusion de l'information sur les activités déployées au cours de la mise en oeuvre de l'Accord complémentaire.

TITRE XIV. PÉRIODE DE VALIDITÉ

Article 21

Le présent Accord complémentaire entrera en vigueur a la date à laquelle elle sera signée par les parties contractantes. Il restera en vigueur pendant 3 (trois) ans et sera prorogé automatiquement pour des périodes supplémentaires de trois ans à moins que l'une des parties décide de le dénoncer conformément aux dispositions de l'article 18.

TITRE XV. AUDIT

Article 22

Les projets mis en oeuvre selon le présent Accord complémentaire seront vérifiés annuellement ou quand les parties contractantes l'estimeront nécessaire.

1. Tous les documents relatifs aux activités et aux actions menées selon le présent accord complémentaire seront mis à tout moment à la disposition des vérificateurs.

2. Dans le cas où les originaux des documents sur des privilèges et des immunités sont en possession de l'UIT, des copies certifiées conformes doivent être fournies à la demande des vérificateurs.

TITRE XVI. RÈGLEMENT DES DIFFÉRENDS

Article 23

Tout différend entre les parties contractantes en ce qui concerne l'interprétation, l'application ou l'exécution du présent Accord complémentaire doit être résolu au moyen de consultations entre les parties contractantes par voie diplomatique.

TITRE XVII. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 24

Les questions qui ne sont pas couvertes par l'Accord technique seront couvertes par les dispositions de l'Accord type révisé sur l'assistance technique entre le Gouvernement de la république fédérative du Brésil et les nations Unies, leurs institutions spécialisées et l'agence internationale de l'énergie atomique du 29 décembre 1964 et l'Accord entre la République fédérative du Brésil et l'Union internationale des télécommunications du 8 octobre 1991.

En foi de quoi les parties contractantes ont signé le présent Accord complémentaire en deux exemplaires originaux en portugais et espagnol, les deux textes faisant foi; en cas de divergence d'interprétation, le texte espagnol prévaudra.

Fait à Genève le 21 septembre 2001

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil:

CELSO AMORIM

Pour l'Union internationale des télécommunications:

au nom du Secrétaire Général,

HAMADOUM TOURÉ

Directeur, Bureau du développement des télécommunications